



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

ÉTICA E NATUREZA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO OLHAR

Janaina Roberta dos Santos¹

RESUMO: O presente artigo discute o papel que a educação pode exercer como agente de transformação dos valores utilitaristas da sociedade atual. A partir de reflexões éticas, busca abordar o objetivo da mesma diante da problemática ambiental debatendo alternativas mais adequadas para a relação homem-natureza que, na sociedade atual, está basicamente associada à utilidade que a natureza pode representar aos homens. Essa perspectiva tem sido identificada como um dos fatores determinantes da atual crise ambiental. Uma dessas alternativas parte do reconhecimento da “outridade” da natureza, já que a busca pelo respeito por sua dignidade e alteridade é apresentada por alguns autores como fundamento de uma relação mais apropriada. Tais reflexões são de fundamental interesse para a Educação Ambiental que, por meio de seu caráter intrinsecamente educativo, deve colaborar com o processo de construção de um outro olhar e uma outra de relação ser humano-natureza.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Ética, Outridade.

ABSTRACT: This article discusses the role that education can exercise as an agent of transformation of values utilitarian of society today. From ethical considerations, searching address the goal of the environmental problems facing the same discussing alternatives best suited to the link man and nature that in the present society is basically associated with the utility that nature can represent the men. That prospect has been identified as one of the determining factors of the current environmental crisis. One such alternative part of the recognition of “outridade” the nature, as the search for respect for their dignity and otherness is presented by some authors as grounds for a more appropriate. Such considerations are of fundamental interest to the Environmental Education, through its inherent character education is to cooperate with the process of building another and another link man and nature.

Key words: Environmental Education, Ethics, Otherness.

Introdução

Diferentemente dos demais animais, o ser humano devido à sua condição social é um ser que se desenvolveu culturalmente, acumulando ao longo de sua evolução, uma grande bagagem intelectual e artística constituída por todas as descobertas, observações e mediações

¹ Mestre em Educação (Área temática: Educação Ambiental) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista – (UNESP) *campus* Rio Claro e doutoranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - CEP: 13.565-905 – São Carlos/SP – Brasil. jrsantos200@gmail.com.br.

realizadas na natureza. Todo esse conhecimento, peculiar à humanidade, é direito de todos aqueles que compartilham a condição humana.

Desse modo, o ato de educar é um processo onde cada membro da sociedade humana poderá tomar parte desse conhecimento acumulado e também daquele em desenvolvimento na sociedade contemporânea. O homem, aqui considerado como cada membro da espécie humana, deveria obter na educação condições de partilhar não apenas o conhecimento produzido pelas gerações que o antecederam, mas também condições próprias de desenvolver capacidades que o habilitassem para a elaboração de um conhecimento próprio, autônomo e emancipado.

Esse conhecimento deveria ser estimulado e acalentado pelo processo educacional. Porém, ao verificarmos a realidade o que percebemos é, na maioria das vezes, uma educação institucionalizada que visa apenas fornecer aos educandos instrumentos técnicos que os habilitem ao trabalho. Esse modelo de educação forma indivíduos que dificilmente questionarão suas condições de vida, de saúde e o quanto recebem pelo seu trabalho. Além disso, geralmente não os fornecem condições de serem independentes intelectualmente, de compreender as mensagens veiculadas pela mídia e perceber a manipulação à que estamos submetidos no dia-a-dia.

A educação, enquanto fenômeno social, está associada na cultura ocidental com o processo de formação. Segundo Severino (2006), o termo “formar” pode adquirir significados diversos como criar, desenvolver-se, fundar, e da mesma forma pode ser relacionado à idéia de incompletude. Apesar da realidade, o ato de educar parece estar associado à formação de sujeitos que, por meio da educação, se libertarão de sua situação de incompletude e poderão alcançar um estágio mais desenvolvido de sua condição humana. Entretanto, muito além da possibilidade de desenvolvimento, a educação enquanto um processo de formação precisa estar associada à idéia de transformação (SEVERINO, 2006), objetivando a emancipação como um existir plenamente humano.

O sentido de formação, que é atribuído à educação atual, geralmente não objetiva o desenvolvimento de indivíduos dotados de uma consciência verdadeira acerca de seu papel no processo de transformação da atual situação e principalmente de sua capacidade de autonomia intelectual. A partir de tal constatação, a reflexão de Adorno (2003) “*para onde a educação deve conduzir?*” (p. 139) faz-se mais necessária do que nunca. Segundo ele, a educação não deve conduzir nem a um processo de “modelagem de pessoas” nem à mera transmissão de conhecimentos, mas à “produção de uma consciência verdadeira” (p. 141).

Ainda segundo Adorno (2003), os sujeitos interessados em promover uma verdadeira emancipação devem conduzir o processo educativo no sentido de uma educação para a contradição e para a resistência. Essa educação deve ser responsável pela identificação junto aos alunos dos processos de dominação a que somos submetidos, esclarecendo a partir de filmes comerciais, propagandas em rádios e televisão, aquilo que é escondido, ou seja, uma realidade que, segundo Adorno (2003), é um “verdadeiro horror” (p. 183). Porém o que nos transmitem é a mensagem que devemos ser felizes e não nos damos conta de que isso não passa de ilusão e mentira.

Tendo como referência o pensamento de Adorno, Lastória (2003) afirma que o ato educativo, no que se relaciona à díade educador-educando, necessita ater-se a dois fatores significativos. O primeiro deles refere-se à imprescindível reflexão sobre os fatores irracionais inerentes ao ato educativo, sendo preciso incentivar os sujeitos a não temerem expor seus medos, uma vez que em uma sociedade em processo de barbarização crescente como a atual, a exposição de temores macula a “boa imagem” dos indivíduos, tornando-os frágeis.

O segundo ponto diz respeito à “amnésia social” (p. 438) crescente em nossa sociedade, nutrida pela indústria cultural, que torna o passado algo desvalorizado, naturalizando as atrocidades cometidas como algo já superado. Segundo Lastória (2003), “ignorar esses aspectos equivale a desfigurar a finalidade ética imanente à educação possível no presente em suas determinações primeiras: ética e política” (p. 439).

Diante do exposto, perguntamo-nos: Qual deve ser o objetivo da educação? O valor dessa questão encontra-se na constatação de que por meio dela as gerações atuais e futuras terão contato não somente com o conhecimento acumulado pela humanidade, mas também com aquilo poderão desenvolver para a concretização de um futuro diferente.

Nesse sentido, vários autores (RODRIGUES, 2001; LASTÓRIA, 2003; GOERGEN, 2005; GRÜN, 2006, 2007) têm argumentado a favor de uma educação que valorize os aspectos éticos e o trabalho com valores. Nessa perspectiva, a educação compromete-se não apenas com a formação humana, mas com a formação do sujeito ético² (RODRIGUES, 2001).

Goergen (2005) afirma que do ponto de vista educacional, o professor deve conduzir seus alunos a refletir sobre os valores com os quais eles se sentem comprometidos e responsáveis, não cabendo aos mesmos dizer aos alunos quais valores devem cultivar, quais as maneiras de considerar os fatos no cotidiano, mas sim estimulá-los a refletir sobre atitudes e conceitos formados. O trabalho a ser desenvolvido na escola não pode deixar de considerar

² Segundo Rodrigues (2001), o sujeito ético constitui-se tendo como base “a liberdade da vontade, a autonomia para organizar os modos de vida e a responsabilidade pela direção de suas ações” (p. 1).

o fato de que vivemos em uma sociedade democrática, onde os valores não podem ser ditados, mas é preciso compreender a existência de uma pluralidade de questões valorativas advindas das diferentes experiências de vida e maneiras de entender os fatos.

Assim, segundo Goergen (2005), os professores devem distanciar-se de modelos doutrinadores, evitando considerar sua maneira de compreender os fatos a mais correta e adequada, mas por meio de seus exemplos, prezar por valores como respeito, liberdade, responsabilidade, autonomia, a partir tanto de suas atitudes em sala de aula como no convívio com a comunidade escolar.

Ante os desafios que a realidade nos impõe, almejamos com esse artigo compreender como a escola pode representar uma possibilidade de promover transformação em uma sociedade onde os valores estão cada dia perdendo mais espaço, seja na família ou nas demais relações sociais. Assim, buscamos considerar a educação em seu sentido emancipador, ao possibilitar que o educando compreenda o desenrolar dos acontecimentos sociais, promovendo uma nova maneira de ver os fatos e, conseqüentemente, uma possível diminuição no processo de alienação a que todos estão submetidos.

Essa conversão dos valores pode refletir várias mudanças, sejam elas na forma de nos relacionarmos em sociedade e também com a natureza, visto que a forma como nos relacionamos com a mesma na contemporaneidade pode expressar um caráter dominador. Diante dos vários problemas ambientais que estamos enfrentando, o esclarecimento sobre a relação que os homens engendraram com a natureza poderá promover uma outra maneira de olharmos e entendermos a questão ambiental. Para tanto, visamos estabelecer um diálogo com alguns autores que, ao considerarem o valor do outro, do diferente, podem nos apontar formas de estabelecermos uma relação modificada com a natureza.

A Educação e a questão ambiental:

A educação ambiental, tendo em vista seu inerente caráter educacional, ao trabalhar com a questão relativa aos valores, traz em seu bojo aspectos éticos que envolvem pontos a serem superados e modificados na relação entre ser humano e natureza. Tais pontos são vistos por diversos educadores, pesquisadores e ativistas como fundamentais para a concretização de um novo e diferente modo de convivência com a natureza. Nesta, tanto homens quanto meio ambiente devem ser considerados moralmente pelos valores que possuem em si e não somente a partir dos valores que lhes são atribuídos, na sociedade contemporânea, balizados por uma

racionalidade instrumental a serviço de um desenvolvimento industrial e econômico excludente.

Considerando tais reflexões, podemos dirigir nossa atenção para a problemática ambiental, cujo enfrentamento tem provocado intensos debates em nossa sociedade. A crise ecológica, apontada como um dos produtos da cultura ocidental, tem estimulado questionamentos acerca dos valores que sustentam essa cultura (GRÜN, 2000). Com isso, vários autores (CARVALHO, 2007; GRÜN, 2000, 2007; MARIN, 2007) afirmam que se os valores atuais forem mantidos nossa civilização tornar-se-á insustentável muito brevemente.

Esses valores estão, na maioria das vezes, associados à utilidade que os seres vivos e demais elementos naturais adquirem na cultura ocidental. Nesta, a natureza e todos os elementos que a constituem são tidos como recursos, aplicados e valorizados segundo as necessidades humanas em seu convívio social. E é nesse contexto que a escola adquire um papel significativo.

No contexto referente a valores, é possível compreendermos a escola enquanto instituição formadora de indivíduos para o convívio social e que, por isso, representa um importante meio de transmissão de sentidos e significados que orientam a prática dos mesmos. Desta forma, quanto a esse trabalho, Bonotto (2003) afirma:

[...] ao se pensar no trabalho educativo, desponta a necessidade de um trabalho amplo e profundo. De um lado, desponta a necessidade de um processo de análise e discussão das influências que nosso modelo de sociedade, juntamente com a ciência e tecnologia intrinsecamente associadas a esse modelo, exercem sobre a sociedade em geral e no estabelecimento da crise ambiental. Por outro lado, faz-se necessário partir para propostas educativas que permitam, de maneira explícita e intencional, o trabalho com valores, buscando tanto a identificação de concepções e valores que subjazem à visão de mundo instituída, como o trabalho com novas propostas, que possam subsidiar uma nova prática por parte da sociedade (p. 9)

No entanto, o papel desempenhado pela escola com relação ao trabalho com valores tem sido objeto de investigação e crítica de vários autores (GRÜN, 2000; RODRIGUES, 2001; SAVIANI, 2005; GOERGEN, 2005). O modelo tradicional de escola está alicerçado em concepções que visam a transmissão de saberes – e valores que lhes são associados – acumulados pelos professores aos alunos que, de maneira acrítica e passiva, os recebem e reproduzem como verdades incontestáveis.

A crítica à educação explica-se pela constatação de que, na maioria das vezes, é transmitido em sala de aula, um conjunto de conhecimentos em que a natureza é destituída de valores. As entidades não humanas, como plantas e animais, são entendidas apenas do ponto de vista de sua adequação às necessidades humanas.

Segundo Grün (2000), na base da educação moderna está a “cisão cartesiana entre natureza e cultura” (p. 55). Como consequência, observam-se as áreas do silêncio no currículo da educação moderna que, segundo ele, são evidenciadas na ausência de referência ao fato de que os eventos humanos ocorrem em ambiente natural. “A natureza é esquecida, recalcada e reprimida. Ela é silenciada” (Grün, 2000, p. 51).

Por outro lado, é pertinente a compreensão do papel representado pela escola no debate com a sociedade sobre os valores envolvidos na relação ser humano-natureza. Devido ao seu potencial papel transformador, a escola possui grande poder na difusão de valores que podem ser fundamentais no desenvolvimento de uma outra forma de relacionamento dos homens com a natureza. E, nesse sentido a Educação Ambiental pode representar uma possibilidade de mudança.

Todavia, segundo Grün (2000),

A tarefa que a educação ambiental terá pela frente é dupla. Será necessária uma crítica radical e permanente aos processos objetificantes promovidos e sustentados pela ética antropocêntrica do racionalismo moderno. Ao mesmo tempo [...], a educação ambiental deveria recuperar [...] alguns dos saberes que carregassem a possibilidade de uma sociedade ecologicamente sustentada (p. 51).

A educação ambiental está associada à necessidade de reflexão que os impasses ambientais têm nos apresentado, envolvendo as crescentes necessidades humanas e o esgotamento de alguns elementos naturais. A crise ambiental que aflige nossa sociedade torna a educação ambiental uma experiência imprescindível. Entretanto, segundo Santana (2006), ela não deve ser considerada como a única solução para a crise ambiental, já que ela é importante, mas não fará milagres.

Nesse sentido, há uma crescente exigência de uma atuação que valorize os aspectos éticos, pois segundo Carvalho (2001), o campo ambiental busca afirmar-se no campo de conflito entre as racionalidades que atuam em nossa sociedade e a ética que exige uma reflexão sobre a forma como nossa sociedade tem possuído a natureza.

Ao considerarmos o caráter ético da educação ambiental, constatamos que o trabalho com valores é imprescindível no trato com as questões ambientais. Uma das tarefas da educação ambiental é questionar os valores que regem o agir humano em sua relação com a natureza e, além disso, para Grün (2000), seria importante estudar o processo de afirmação e legitimação de tais valores, uma vez que esses naturalizam o fato de que o homem ao olhar para a natureza percebe-a como algo a ser possuído e tornado objeto, conferindo-a um valor instrumental e utilitarista.

Ao serem reconhecidos, esses valores podem ser criticados e por meio de uma educação que valorize o social juntamente com o natural, a educação ambiental pode representar um importante instrumento de reflexão que objetive a valorização de todas as formas de vida, ensinando-nos que apesar de diferente a natureza tem seu valor e merece ser preservada. No entanto, essa preservação não deve visar apenas uma conservação para que a humanidade não sofra as conseqüências de um futuro insustentável, mas uma preservação que considere os valores dos seres independentemente do que representam para nós.

Precisamos, além disso, buscar superar a dicotomia sociedade-natureza. De acordo com Gonçalves (1996), a cultura não exclui a natureza, mas se desenvolve no interior dela, onde o homem, a partir de suas capacidades de transformação, altera o meio em que vive não deixando de viver e depender da natureza para satisfazer suas necessidades naturais. Afirma ainda ser preciso romper com o cartesianismo que separa o sujeito que pensa do meio ao seu redor, já que além do cérebro que pensa e do meio que o rodeia, o ser humano possui um corpo que comporta essas duas dimensões indissociáveis: homem e natureza.

Tais relações estabelecidas devem ser percebidas tomando-se o ser humano enquanto um ser que vive em sociedade e que, desta forma, relaciona-se com a natureza, em um primeiro momento, com o objetivo de obter maneiras de se reproduzir, uma vez que além de ser social, o homem é um ser natural.

Assim sendo, ele retira da natureza seu alimento, elementos para seu vestiário, princípios para a fabricação de remédios, minérios para a construção de moradias e prédios diversos, dentre outros. O problema consiste no fato de que, além de retirar da natureza tudo o que necessita para reproduzir-se enquanto ser natural, o homem, devido às suas necessidades materiais advindas da relação social, busca na natureza fontes de enriquecimento, e conseqüentemente, acúmulo de poder.

Com isso, verifica-se que a natureza desde o advento da Modernidade e com o objetivo de suprir tais necessidades humanas, tem sido considerada como um recurso natural, isto é, um conjunto de elementos úteis ao desenvolvimento dessa sociedade. A natureza, por sua vez, possui seus limites e termina por não suportar o ritmo de exploração a que vem sendo exposta nos últimos séculos.

Diante disso, a educação ambiental possui uma importante tarefa a ser desenvolvida na promoção de uma nova relação entre seres humanos e natureza. Nessa relação, ambos devem ser valorizados pelo que são, por sua vida e existência, por meio de um novo modo de se considerar o outro, respeitando sua alteridade e diferença.

O ponto central da proposta do reconhecimento da outridade da natureza está na constituição da alteridade como relação de respeito à característica própria do outro, “real”, como Outro. Para Pelizzoli (2002), essa seria a condição de uma eficaz relação de respeito para com a natureza.

Educação Ambiental e o valor do “outro”:

Nas últimas décadas, propostas éticas têm argumentado em oposição à forma utilitarista de considerar a natureza, partindo do pressuposto de que a mesma possui um valor intrínseco, desvinculado de conotações utilitárias. Além de inovadoras, tais propostas nos levam a refletir sobre o papel central atribuído ao ser humano em um mundo que, do ponto de vista antropocêntrico e utilitarista, é formado por objetos.

Estas propostas geraram o que Grün (2007b) denomina de teorias do valor intrínseco da natureza, buscando combater as éticas e lógicas utilitaristas, que concedem apenas valor instrumental para as entidades naturais não-humanas (plantas e animais) e para a natureza como um todo.

Dentre as propostas que buscam uma nova condição para a relação ser humano-natureza, Marin (2005) indica os pressupostos de uma ética da compaixão. Segundo ela,

seu fundamento está ancorado no olhar para o outro que nos motiva à abertura, nos retira de nossas posturas ensimesmadas e nos faz entender nosso papel social. Tal fundamento representa, portanto, subsídios para a educação libertadora, na medida em que faz despertar o sentido da coletividade e do seu poder de emancipação (Marin, 2005, p. 2).

Outrossim, a autora trabalha a distinção entre individualismo e individualidade apontando que, ao agir de forma individualista, o ser humano busca apenas satisfações pessoais, o que pode conduzir à dominação tanto de outros homens como da natureza. Em contrapartida, indica a importância da individualidade e da autonomia para a formação de uma sociedade humana consciente de seu posicionamento no mundo e comprometida com o processo de transformação. A autora reafirma a necessidade de uma Educação Ambiental que almeje a autonomia de cada ser humano, além de seu compromisso com o rompimento do individualismo e com ações de transformação do atual modelo de sociedade.

Isabel de Moura Carvalho (2007) discute as compreensões das relações natureza e cultura, afirmando que o mal estar ou o descontentamento dessa civilização com a atual crise ambiental retraduz o conflito natureza e cultura, a partir de uma crença segundo a qual, os males atuais (degradação ambiental, doenças) advêm de uma situação de afastamento do

homem de sua condição natural harmônica que, por sua vez, fora inviabilizada pela civilização ocidental em sua condição antropocêntrica, consumista e materialista.

Assim, segundo a autora, para a visão ecológica esses males poderiam ser “curados” ou ao menos amenizados por relações entre sociedade e ambiente baseadas na sustentabilidade, no equilíbrio eco-energético dos seres vivos, e não no modelo de bem estar da sociedade de consumo. Com isso, indica que o sujeito ecológico, em algum nível, partilha a crença na possibilidade de *curar* o conflito entre natureza e cultura. Conseqüentemente, essa busca de cura termina instituindo não apenas um discurso político para encontrar novos pactos com a natureza, mas também introduz um estilo de vida (*habitus* ecológico) com o objetivo de alcançar um bem estar individual e planetário.

Além de outros conceitos não menos importantes, a autora aponta para uma “virada ecológica” que só se dará a partir de uma mudança no estatuto do sujeito do conhecimento não mais centrado na figura do homem, uma vez que “estas epistemologias ecológicas parecem buscar seu ponto de partida fora das dicotomias (natureza-cultura, sujeito-ambiente) rumo à compreensão holística das relações humano e não humano” (CARVALHO, 2007, p. 22).

Aqui, a questão da outridade da natureza adquire a característica que determina o outro como “portador de um mundo próprio que pode ser respeitado ainda que não compartilhado” (CARVALHO, 2007, p. 22). Nesse sentido, o conhecimento e a aprendizagem se realizam pelo engajamento na paisagem e não pelo distanciamento de um sujeito que a observa de fora. Essa perspectiva do habitar integra humanos e não humanos, seres e o seu ambiente, integrados numa mesma totalidade.

Desta forma, Carvalho (2007) busca ampliar a compreensão sobre as práticas sociais e pedagógicas que constituem o que chama de *subjetividade ecológica*, a qual diz respeito ao modo de conhecer o mundo e pensar as relações entre homens e natureza.

Do mesmo modo, Mauro Grün (2007a) engendra o entendimento acerca da outridade da natureza e afirma que, visto desse modo, “a natureza seria um Outro a que deveríamos respeitar em sua diferença, mas também em nossa interação e reciprocidade” (p. 14).

Para isso, parte de uma crítica ao racionalismo empreendido por Bacon, Descartes e Galileu, que segundo o autor, por meio da ciência moderna, agregaram uma concepção instrumental e dominadora à natureza, dando origem, conseqüentemente, ao antropocentrismo, ao mecanicismo e ao reducionismo da natureza a recursos materiais, não

mais considerando-a um elemento vivo e provido de valores que não os relacionados apenas à sua utilidade.

De mais a mais, o autor aponta a necessidade de uma compreensão não instrumental da natureza e, para isso, desenvolve o conceito de outridade. Nele, a compreensão da natureza só será possível se envolver em seu cerne o respeito pela alteridade do Outro em sua diversidade, sendo preciso nos comprometer com o diálogo com a natureza, com uma verdadeira troca de experiências (GRÜN, 2007a). Essa compreensão, no entanto, não é uma atividade técnica, mas uma experiência autêntica em que nos comprometemos com a natureza e essa, por sua vez, apresenta-se como verdade para nós.

Grün (2003, 2007) indica a necessidade de compreender a natureza como o outro que nos aborda, demonstrando que esse compreender se dá de modo análogo ao empreendido na compreensão de um texto. Para tanto, explora as possibilidades que a Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer abre para a reinserção da tradição enquanto elemento constituinte do nosso horizonte interpretativo e também para a des-objetificação da Natureza, uma vez que, para Gadamer o ser que pode ser compreendido é linguagem.

Grün (2007a) trabalha o conceito de Ética de Parceria com a Natureza remetendo-nos a uma estrutura a ser almejada sob uma relação ecologicamente ética entre os seres humanos e a natureza, uma ética de parceria onde participamos da natureza e a natureza participa da constituição humana. Além do mais, segundo ele, a verdadeira experiência da natureza só pode realmente ocorrer quando esta é tratada como “Tu” e não mais como “coisa”.

Ao considerarmos a Natureza como o outro que se dirige a nós (GRÜN, 2003), estamos buscando uma nova maneira de nos relacionarmos com a mesma. Segundo ele, a compreensão da natureza enquanto outro somente será possível por meio do respeito por sua alteridade, por sua condição de outro que devemos procurar conhecer. Quando o homem domina a natureza ele não a compreende, apenas impõe controle e significado, já que “para compreendê-la é preciso aceitar sua outridade” (p. 9)

Nesse sentido, Leff (2003) trabalha com a questão da outridade buscando a reconfiguração das identidades na complexidade ambiental. Segundo ele, a constituição identidade no jogo democrático não é somente a reafirmação da tolerância, mas a “introjeção³ da outridade” (p. 49), ou seja, da alteridade, da diferença e da diversidade na união entre natureza e cultura por meio do diálogo de saberes.

³ Mecanismo psicológico pelo qual um indivíduo, inconscientemente, se apossa de um fato, ou de uma característica alheia, tornando-o(s) parte de si mesmo, ou volta contra si mesmo a hostilidade sentida por outrem (Dicionário Eletrônico Aurélio Séc. XXI).

A compreensão do outro pode ser de grande importância para a educação. Para Leff (2003), a compreensão do ser no saber incorpora um princípio ético que deve orientar a educação na busca pela “internalização do outro no uno, em um jogo de mesmidades que introjetam outridades sem renunciar a seu ser individual e coletivo” (p. 55).

Leff (2003) propõe ainda a construção de uma “nova racionalidade” (p. 59) que permita novas formas de nos apropriarmos do mundo e da natureza. Essa racionalidade, chamada ambiental, deve produzir o encontro com a outridade, envolvendo as diferenças a partir da complexidade dos seres e da diversificação das identidades. Assim, o ambiente pode ser considerado como outro diante do “espírito totalitário da racionalidade dominante” (LEFF, 2006, p. 293).

Sob esse olhar, o ambiente

é o outro complexo na ordem do real e do simbólico, que transcende a realidade unidimensional e sua globalidade homogeneizante, para dar curso ao porvir de um futuro sustentável, aberto ao infinitivo pelo poder da criatividade, da diversidade e da diferença (LEFF, 2006, p. 293).

Lévinas (1993), aponta-nos a necessidade de reconhecermos o outro que é rosto, uma vez que o rosto fala e consiste em uma presença viva, “a epifania do rosto é viva” (p. 59). Ao considerarmos a presença do outro a partir do rosto, estamos estabelecendo uma relação de responsabilidade. Quando tomamos a natureza como esse rosto que nos fala, podemos considerar todos os apelos éticos de um outro que, apesar de nossa distância, se faz presente em nós.

A imagem do rosto da natureza exerce em nós “o poder que a natureza tem de invocar nossas sensibilidades, [...], não está, porém, embasada somente na presença humana em seu seio, mas também no direito intrínseco de cada ser vivo” (MARIN, 2005, p. 6).

Marin (2005), a partir das reflexões de Lévinas, aponta a visão do sofrimento no rosto do outro como um encaminhamento para uma ética baseada na responsabilidade e na caridade. Nesse sentido, propõe que precisamos reconhecer a imagem da natureza no rosto do outro, a partir de uma reconquista da espiritualidade e de outras formas que alteram nosso modo de ver e compreender o mundo. Ao reconhecermos a imagem da natureza no rosto do outro estamos trabalhando não apenas nossas sensibilidades, mas olhando para o valor de cada ser vivo e, conseqüentemente, para o direito que lhes são devidos.

Entretanto, Marin (2005) ressalta que é preciso não confiar totalmente no apelo ético do rosto do outro, uma vez que esse apelo pode provocar apenas uma reação efêmera, sem verdadeiros compromissos. Para ela, é capaz de assumir a responsabilidade ética diante do rosto do outro aquele que

já trilhou a via do autoconhecimento o bastante para desinteressar-se de si no mundo sistematizado, para independe dos argumentos dos instintos competitivos e territorialistas, para manter-se autônomo diante dos valores pervertidos pela estrutura social capitalista, para contaminar-se definitivamente com o movimento de libertação e o projeto de transformação do mundo (MARIN, 2005, p. 8).

Lévinas (1993) direciona a presença do rosto no sentido de um questionamento, indicando que a partir do momento que eu o identifico, sou intimado a responder-lhe. “Ser Eu (Moi) significa, a partir daí, não se poder furtar à responsabilidade, como se todo o edifício da criação repousasse sobre meus ombros” (p. 61).

A natureza, enquanto o outro que se mostra como rosto exige um compromisso. A relação ser humano-natureza demanda outro olhar e um novo caráter de relacionamento, onde o valor de cada ser e de cada elemento que a constitui, apesar de todas as necessidades humanas, também precisam ser considerados. Com isso, não somente o ser humano e suas necessidades importam, mas também toda a natureza como esse outro que apesar de diferente reclama respeito.

Martin Buber (2006), afirma que uma verdadeira relação ocorre apenas quando envolve Eu-Tu. Eu-Isso não revela uma verdadeira relação. Com relação à natureza, Buber (2006) expressa a relação Eu-Tu, a partir de um exemplo:

Eu considero uma árvore.
Posso apreendê-la como uma imagem. Coluna rígida sob o impacto da luz, ou verdor resplandecente repleto de suavidade pelo azul prateado que lhe serve de fundo.
Posso senti-la como movimento: filamento fluente de vasos unidos a um núcleo palpitante, sucção de raízes, respiração das folhas, permuta incessante de terra e ar, e mesmo o próprio desenvolvimento obscuro.
Eu posso classificá-la numa espécie e observá-la como exemplar de um tipo de estrutura e de vida.
Eu posso dominar tão radicalmente sua presença e sua forma que não reconheço mais nela senão a expressão de uma lei – de leis segundo as quais um contínuo conflito de forças é sempre solucionado ou de leis que regem a composição e a decomposição das substâncias.
Eu posso volatilizá-la e eternizá-la, tornando-a um número, uma mera relação numérica.
[...]
Entretanto pode acontecer que simultaneamente, por vontade própria e por graça, ao observar a árvore, eu seja levado a entrar em relação com ela; ela já não é mais um Isso. A força de sua exclusividade apoderou-se de mim.
[...]
A árvore não é uma impressão, um jogo de minha representação ou um valor emotivo. Ela se apresenta “em pessoa” diante de mim e tem algo a ver comigo e, eu, se bem que de modo diferente, tenho algo a ver com ela.
Que ninguém tente debilitar o sentido da relação: relação é reciprocidade (BUBER, 2006, p. 56).

Considerando a relação ser humano-natureza a partir de uma racionalidade instrumental que toma a natureza como objeto, não a temos como Tu, mas sim como Isso. Uma verdadeira relação ocorrerá, para Buber (2006) quando o respeito pela outridade se

desenvolver. Tomar a natureza como Tu implica em uma mudança radical no modo de considerá-la como objeto, como Isso.

Da mesma forma como o olhar no rosto do outro nos impeli a assumir uma responsabilidade, tomar a natureza como Tu não nos permite ficar indiferente à sua presença e ao seu chamado.

Dentre outros pontos, a questão da outridade leva-nos a questionar os valores que instituem nossa percepção de mundo firmada pela racionalidade dominante que subjuga a natureza e a torna instrumento.

Considerações finais:

Nesse momento, é preciso destacar o caráter inconcluso de tais reflexões, uma vez que diante do momento de incerteza em que vivemos, essas afiguram algo distante e utópico. Todavia, acreditamos que o compromisso da educação com a mudança seja tarefa de todos os sujeitos envolvidos no ato de educar. E, além disso, que a transmissão de saberes não é suficiente para alcançarmos um compromisso com a verdadeira transformação, seja ela no modo como valorizamos o outro, seja no modo como convivemos em sociedade.

Além do mais, parece-nos muito evidente que a ética deve permear os alicerces dessa educação que almeja promover a transformação. Ela poderá se constituir por meio do questionamento dos valores que regem nossa sociedade, objetivando não a simples determinação daquilo que é bom e melhor, mas tornando possível aquilo que beneficie a maioria e represente a escolha de sujeitos conscientes e livres.

Para tanto, a transformação da relação entre seres humanos e natureza não pode ser atenuada, mas sim tida como necessária e premente. O olhar para a natureza como outro a ser valorizado em si e, conseqüentemente respeitado, constitui uma das formas que acreditamos ser capaz de construir um amanhã diferente, em que seres humanos e natureza sejam importantes, pois apesar de diferentes, constituem o que há mais valioso no planeta: a vida.

Assim sendo, acreditamos ser papel da Educação Ambiental, dentre outros, estimular a busca pela valorização da natureza enquanto esse “outro”. Muito além de conferir significados à natureza, é preciso ouvi-la, buscar nela os seus próprios significados e valores, para que formas mais justas de convivência entre seres humanos, não humanos e meio ambiente sejam construídas.

REFERÊNCIAS:

- ADORNO, T.W. *Educação e Emancipação*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BONOTTO, D.M.B. *O trabalho com valores em Educação Ambiental: investigando uma proposta de formação contínua de professores*. 2003. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos/SP, São Carlos, 2003.
- CARVALHO, I.C.M. *A tradição como horizonte de significação do ambiental*. In: _____. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2001. p. 35-67.
- _____. *Para além do Mal Estar da Civilização: a cura ecológica e a educação da percepção*. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30., 2007, Caxambú. *Anais...* Caxambú: Hotel Glória, 2007. 1 CD-ROM.
- GRÜN, M. Uma discussão sobre valores éticos em Educação Ambiental. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.19, n.2, p. 171-195, jul/dez.1994.
- _____. *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. 2. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2000. – (Coleção Magistério e Trabalho Pedagógico).
- _____. *A outridade da natureza na Educação Ambiental*. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 26., 2003, Caxambú. *Anais...* Caxambú: Hotel Glória, 2003. 1 CD-ROM.
- _____. *Em busca da dimensão ética da Educação Ambiental*. Campinas: Papyrus Editora, 2007a.
- _____. *A Pesquisa em Ética na Educação Ambiental*. *Pesquisa em Educação Ambiental*. v.2., n.1, p. 185-205, jan/jul. 2007b.
- GOERGEN, P. *Educação e valores no mundo contemporâneo*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 983-1011, 2005.
- GONÇALVES, C.W.P. *Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1996. – (Coleção temas atuais).
- LASTÓRIA, L.A.C.N. *Impasses éticos na educação hoje*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 83, p. 429-440, 2003.
- LEFF, H. Pensar a complexidade ambiental. In: _____. (Coord.). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-63.
- _____. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÉVINAS, E. *Humanismo do outro homem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

MARIN, A.A. *A natureza e o outro: ética da compaixão e educação ambiental*. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA, 3., 2005, Ribeirão Preto. *Anais...* Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2005. 1 CD.

BUBER, M. *Eu e Tu*. 10. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

PELIZZOLI, M.L. *Correntes da Ética Ambiental*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

RODRIGUES, N. Educação: da Formação Humana à Construção do Sujeito Ético. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 76, p. 232-257, 2001.

SANTANA, L. C. *Educação ambiental: de sua necessidade e possibilidades*. In: *Internacional Workshop on Project Based*, 2005. Guaratinguetá, PBLTech 2005, - *Internacional Workshop on Project Based – Learning and New Technologie*. 2005. p. 1-14.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 9. ed. Campinas/SP: Editores Associados, 2005. - (Coleção Educação Contemporânea).

SEVERINO, A. J. *A busca do sentido da formação humana: tarefa da filosofia da educação*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 619-634, 2006.